



## Senhores e escravos nas sociedades Ibero-Atlânticas

Coleção | Collection: Estudos & Documentos, Volume 26

DOI: <https://doi.org/10.34619/rswl-6jsl>

Homepage: <https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

Maria do Rosário Pimentel  Maria do Rosário Monteiro 

### Editor | Publisher:

Edições CHAM

<https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

### Copyright:

Maria do Rosário Pimentel; Maria do Rosário Monteiro, António Borges, Adriano Moreira, Alberto de Carvalho, António Manuel de Andrade de Moniz, António Martins, Carlos Engemann, Célia Maia Borges, Clara Sarmento, Elisete da Silva, Maria Cristina Neto, João Pedro Marques, Jonis Freire, Jorge Fonseca, Jorge Matta, José Augusto dos Santos Alves, Joseph Abraham Levi, Marcia Amantino, Marcia Eliane Alves de Souza, Margarida Vaz do Rego Machado, Rute Dias Gregório, Maria da Graça Alves Mateus Ventura, Miguel Real, Rocío Perriñez Gómez, Ronaldo Vainfas, Simon Edwards, Augusto Moutinho Borges, Martin Lienhard, Ana Maria Ramalhete, Rui Zink, Leonor Dias de Seabra, Maria de Deus Beites Manso, Maria do Rosário Pimentel, 2019

© O(s) Autor(es). Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s). This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es). The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

JOÃO PEDRO MARQUES\*

## Ficção e abolição: o impacto da literatura de ficção na abolição da escravatura

Dediquei trinta anos da minha vida de historiador à investigação da História do tráfico de escravos e da escravidão. Recentemente, há uns nove ou dez anos, reduzi essa minha actividade de historiador para me dedicar à literatura, tendo escrito seis romances históricos. Essa minha nova actividade literária permitiu-me perspectivar melhor aquilo que aproxima e diferencia o romance histórico da História propriamente dita. E permitiu-me também verificar com os meus próprios olhos que uma novela ou um romance têm – ou podem ter – muito maior impacto junto do público leitor do que um livro de História.

Há duas razões para que assim seja. Em primeiro lugar porque a literatura de ficção visa um público mais amplo e heterogéneo. Em segundo lugar porque explora e usa o afecto e o sentimento para transmitir uma ideia – coisa que o historiador não pode fazer. De facto, quando começa a redigir e a explicar, o historiador eleva-se geralmente acima do detalhe dos documentos e da afectividade e procura encontrar expressões, racionalizações, teorias, sínteses, conceitos, que lhe permitam narrar aquilo que conseguiu perceber de uma forma tão objectiva quanto possível. A sua viagem no tempo é uma viagem analítica e racional. O romancista, quando escreve um romance histórico, também faz uma viagem no tempo, mas é uma viagem ficcional e emocional. Aquilo que tenta narrar através da ficção é o próprio tempo tal como ele existia, e para isso tem de procurar trazer para dentro da narrativa as cores, os sentimentos, a vibração, a aventura. É essa riqueza que por vezes existe nos documentos e que o historiador deixa fora da historiografia – mais analítica e conceptualizada – que dá vida à reconstrução do passado. Um exemplo bastará para ilustrar esta diferença: um historiador pode referir ou descrever um cartaz

---

\* Escritor e Historiador, Portugal.  
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0440-4104>. E-mail: [jpm2@netcabo.pt](mailto:jpm2@netcabo.pt).

que anuncia um leilão de escravos, por exemplo, mas o romancista porá a personagem da sua novela – imaginemos que é um abolicionista – a passar por esse cartaz e a cuspir-lhe, com desdém, carregando a narrativa de sentimento e de emoção (Wood 2000, 86).

Em suma, sabendo que o romance histórico toca mais e mais profundamente as pessoas do que um texto historiográfico, analítico ou de outro género não-ficcional, fiz a mim próprio a seguinte pergunta: qual terá sido o peso das obras de ficção na abolição das instituições escravistas? Esta não é uma pergunta fácil e linear porque o percurso e o impacto das ideias não são coisas simples de identificar e de medir e nem sempre se exprimem de uma forma captável pelo historiador. Ainda assim achei que valia a pena tentar responder-lhe.

\* \* \*

A primeira coisa que deve ser sublinhada é a de que, na era da abolição – e com uma excepção que referirei adiante –, se escreveram poucos romances sobre o tráfico de escravos e a escravidão. Esta afirmação é de certa forma condicional porque eu não conheço as literaturas nórdicas, alemã ou, até, espanhola. O que afirmo baseia-se apenas nos casos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, de França, de Portugal e de Cuba.

A Inglaterra foi um país pioneiro tanto na abolição do tráfico negreiro (1807) como na da escravidão, decidida em 1833, e plenamente aplicada após um curto período de transição em 1838<sup>1</sup>. Mas em Inglaterra não se publicaram muitas novelas antiescravistas. Há o caso de Aphra Benn, uma escritora inglesa que em 1688 escreveu *Oroonoko, or the Royal Slave*, uma novela que conta a história de Oroonoko, filho de um rei africano, que se apaixona por Imoinda, filha do principal general do reino. Devido a várias vicissitudes acabam ambos como escravos no Suriname. Imoinda engravida, Oroonoko tenta arranjar forma de voltar com ela para África e organiza uma revolta, que é esmagada. Para evitar que Imoinda seja capturada com vida, violada e castigada, decide matá-la. Os dois amantes discutem o plano e Imoinda entrega-se à morte de bom grado. Oroonoko é capturado logo depois, junto ao cadáver da mulher, e já não tem tempo de se suicidar. Morre esquartejado sem emitir um som (Sypher 1942, 122-124).

A novela não teve um sucesso imediato, mas algum tempo depois foi adaptada ao teatro e levada à cena quase todos os anos durante o século XVIII e talvez tenha tido alguma influência no período abolicionista. Ainda assim, em Inglaterra, no contexto da campanha abolicionista, foi mais comum publicar narrativas de ex-escravos, testemunhos, biografias, análises e panfletos políticos do que propriamente novelas.

Em França a literatura também não parece ter tido um grande papel no caminho que levou à abolição do tráfico em 1815 e da escravidão, em 1848 (Jennings 2000). Há um conto escrito por Prosper Mérimée, em 1829, intitulado *Tamango* (2004, 205-229).

---

1 Para o processo abolicionista inglês, ver Anstey (1975) e Drescher (2002).

É um texto sobre o amor romântico no contexto do tráfico de escravos, sem, contudo, ser abolicionista. Passa-se na zona do Benim e começa com uma descrição do processo de compra e venda de escravos entre o capitão do navio e Tamango, o rei local. Arrependido de ter vendido a sua mulher preferida, sob o efeito do álcool, Tamango volta a bordo do navio negreiro para desfazer o negócio, mas é capturado e levado para as Américas. Já a bordo do navio negreiro e a meio do Atlântico, lidera uma revolta e chacina todos os brancos. Incapazes de dirigirem o navio, os revoltosos vão morrendo um a um, sobrevivendo apenas Tamango. Um outro escrito na mesma linha é *Bug-Jargal* de Victor Hugo (2004, 19-127). Publicado pela primeira vez em 1826, este romance desenrola-se em Saint-Domingue, no momento da eclosão da revolta de 1791. O herói, Bug-Jargal, é um negro hercúleo, filho de um rei do Congo, que fala várias línguas e cuja gentileza de trato e nobreza de carácter o afasta das massas de escravos revoltosos, aproximando-o dos padrões reconhecidos e apreciados pela moralidade branca. O amor – não correspondido – por Marie e uma dívida de gratidão para com Léopold d'Auverney fazem com que proteja com a própria vida a segurança desse jovem casal, apanhado na voragem da revolta escrava. Bug-Jargal é um dos líderes dessa revolta, mas é-o por inerência, em virtude da sua origem nobre e do seu prestígio junto das massas escravas, e não tanto porque a isso seja impelido por uma insaciável sede de vingança ou por uma aspiração libertária ou inversora das hierarquias sociais. Pelo contrário, Victor Hugo sentiu necessidade de acentuar frequentemente o contraste entre um Bug-Jargal magnânimo, generoso, quase apaziguador, e os outros líderes rebeldes, personagens reais como Jean-François, Biassou ou, até, o próprio Toussaint, sempre caracterizados como figuras cruéis e ignóbeis. O romance não é abolicionista e não parece ter desempenhado qualquer papel notável na abolição da escravidão, em França, 22 anos depois.

E o que digo a respeito de França afirmo com mais força ainda a respeito de Portugal. O número de obras de ficção envolvendo escravos é reduzido. Há abordagens muito tangenciais, como o romance *Eugénio*, escrito pelo oficial de marinha Francisco Maria Bordalo e que foi publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1846, sendo reeditado, depois, em Lisboa (Bordalo 1854). Trata-se de uma obra que retrata a vida dos marinheiros nos navios de guerra portugueses, a sua visão de África e, também, do problema da escravatura. Uma parte da acção decorre a bordo de uma corveta de guerra que, em meados de 1842, vai para Angola reprimir o odioso comércio. E o que perpassa na visão de Bordalo é uma censura à filantropia telescópica, isto é, a preocupação com o que se passa lá longe e a desvalorização das injustiças próximas e que as pessoas têm em frente dos olhos. O autor condói-se mais da sorte dos marujos da Armada, sujeitos a dura disciplina, do que da dos negros escravos, que não conhece (Bordalo 1854, 110).

Igualmente tangencial é a abordagem da escravatura em *Mario*, um romance histórico de Silva Gaio, publicado pela primeira vez em 1868. Há uma parte de *Mario* que se passa em África e tem vagas alusões ao comércio de escravos. O significativo neste romance é que não existe qualquer referência negativa, condenatória, ao navio negreiro e

à actividade da sua tripulação. Pelo contrário, o capitão negreiro que Silva Gaio propõe ao leitor está longe de ser um monstro ou um criminoso; é, isso sim, um indivíduo profundamente humano, que se condói da sorte dos fugitivos, os veste e alimenta, transportando-os gratuitamente para o Brasil e tornando-lhes a viagem “cómoda e salutar” (Gaio 1924, 247).

Para além destas abordagens tangenciais, há outras mais aprofundadas e específicas. Refiro-me a *Ouro e Crime*, de Eduardo Tavares, publicado em 1855, e a *Ódio de Raça*, de Gomes de Amorim, uma peça escrita em 1854, para, como o próprio autor confessava, auxiliar o público “a formar juízo com que desse força aos intuitos dos legisladores” (Amorim 1869). Nenhuma destas obras parece ter tido peso no processo abolicionista. Como o próprio Gomes de Amorim confessava 15 anos depois, no prefácio da edição da sua peça em livro:

São passados quinze anos. *Ódio de Raça* representou-se quase sempre durante eles [...]; mas, forçoso me é confessá-lo, a minha ideia [...] só teve por apoteose alguns desmaios e lágrimas de pessoas sensíveis e nervosas, e as palmas dos homens sinceros que não fazem leis. Eu não contava, decerto, regenerar os pretos e moralizar os brancos com o meu humilde trabalho; mas supunha que mereceria a pena de ser discutido num país que possui escravos, o assunto que, em outras nações cultas tem preocupado os maiores estadistas, os grandes filósofos e os grandes poetas. Enganei-me. (Amorim 1869, 11-12)

Em Cuba a literatura também não parece ter tido qualquer papel de relevo na abolição. Houve uma meia dúzia de novelas que lidaram de algum modo com a questão da escravatura. São os casos de *Escenas de la vida privada en la Isla de Cuba*, de Félix Tanco y Bosmeniel; *Francisco*, de Anselmo Suarez y Romero; *Cecilia Valdés*, escrito por Cirillo Villaverde; *Autobiografía* de Juan Francisco Manzano; *Sab* de Gertrudis Gómez de Avellaneda; da obra de Francisco Calcagno, *Los Crimenes de Concha*; e da de Antonio Zambrano, *El negro Francisco*. As três primeiras foram escritas no final da década de 1830 e não faziam apelo ao fim da escravidão. Só as quatro últimas, escritas respectivamente em 1840, 1841, 1863 e 1873, podem ser consideradas abolicionistas. Mas só foram publicadas na década de 1880, ou seja, já na fase final do processo que levou à libertação dos escravos, depois de Madrid ter decretado a abolição da escravidão. Antes disso, foram editadas no estrangeiro e só terão circulado na ilha em manuscrito. A sua importância no processo abolicionista espanhol terá sido, portanto, reduzidíssima (Scott 2000, Childs 2006).

A excepção a este quadro geral é a situação norte-americana, e em grande parte devido a Harriet Beecher Stowe e aos seus dois livros antiescravistas: *Uncle Tom's Cabin* (isto é, *A Cabana do Pai Tomás*), que todos conhecemos desde a infância, e *Dred*, que tanto quanto suponho, é geralmente desconhecido em Portugal. A relevância destes dois livros é a tal ponto grande que importa dizer mais qualquer coisa sobre eles.

*Uncle Tom's Cabin* foi publicado em 1852. Na verdade, o texto começou a publicar-se sob a forma de folhetim em Junho de 1851 num jornal de Washington. Harriet

Stowe ia escrevendo à medida que o romance ia sendo publicado. Inicialmente o texto era para ocupar as páginas do jornal durante três meses e meio, mas alongou-se por dez meses. Em forma de livro foi publicado em Abril de 1852 e começou a vender-se a um ritmo nunca visto. As máquinas tipográficas a vapor trabalhavam 24 horas por dia para corresponder à procura do público. Em Outubro já tinha vendido 150 mil exemplares na América e ao fim de um ano chegou aos 300 mil. Por essa altura já estava a ser publicado em vários países da Europa, nomeadamente em Inglaterra, onde atingiu uma popularidade que nem mesmo os livros de Dickens atingiam. *Uncle Tom's Cabin* foi o mais influente e mais lido romance antiescravista americano, ou, mais do que isso, o mais lido romance de sempre. Foi traduzido para mais de vinte línguas e atingiu rapidamente um milhão e quinhentos mil exemplares vendidos em todo o mundo, o que o converteu no primeiro *bestseller* mundial. Deu origem a sermões religiosos, poemas, canções, foi difundido em folhetim, peça teatral, literatura infantil, jogos para crianças, *puzzles* e outros objectos. Em 1853, em Inglaterra, já havia papel de parede, café, meias de lã, roupas, alusivos às personagens de *Uncle Tom's Cabin* (Turley 1991, 103-104).

Stowe tornou-se rapidamente um ídolo internacional e em Março de 1853 viajou até Inglaterra e França. No Reino Unido o entusiasmo com a sua visita foi enorme. Havia verdadeiras multidões a acorrer aos seus colóquios ou a segui-la nas ruas, e os abolicionistas fizeram uma colecta obtendo fundos para que ela usasse como achasse melhor no combate à escravidão dos estados do Sul dos Estados Unidos.

Essa popularidade é fácil de perceber. Harriet Stowe construiu um livro que tinha todos os ingredientes para agradar na era vitoriana: um herói e uma heroína que morrem ambos tragicamente e como bons cristãos, e vilões que têm destinos desgraçados ou que, se sobrevivem, se convertem. O livro tem subintrigas com muita aventura e enormes doses de afectividade e sentimento. Na primeira cena do romance, quando Mr. Shelby conversa e negocia com o mercador de escravos, a escritora dá-nos o painel das vítimas – homem, mulher e criança – e toda a violência da escravidão: a hipocrisia, o cinismo, a desumanidade, o negócio, o desgosto, a perda... Numa palavra, está lá tudo e com uma intensidade que comove.

*Dred*, o segundo romance de Harriet Beecher Stowe, publicou-se pela primeira vez em 1856 e vendeu, logo no primeiro ano, 165 mil exemplares na Grã-Bretanha e 150 mil nos Estados Unidos – números espantosos quando se sabe que foram necessários cerca de dez anos para que *Moby Dick*, de Melville, vendesse dois mil exemplares – e, nos três anos seguintes, o romance seria adaptado ao teatro e publicado na Áustria, Alemanha, Bulgária, França, Holanda, Itália, Polónia e Suécia. Na narrativa de Stowe, *Dred* é um filho de Denmark Vessey, o líder da conspiração de 1822 destinada a atacar Charleston, o que desde logo o situa expressamente na história da resistência negra nos Estados Unidos. Esse herdeiro do espírito de rebeldia escrava vive como um *maroon*, isto é, um escravo fugitivo, refugiando-se nos pântanos que circundam a Carolina do Norte e a Virgínia, e sonhando com o dia em que uma sublevação geral possa trazer a liberdade

aos africanos. Mas, mesmo que essa sublevação não chegue a realizar-se, Dred acredita firmemente nos poderes libertadores da violência. Como ele próprio diz, a revolta de Nat Turner assustara os brancos a tal ponto que tinham estado muito próximos de decretar a emancipação (Stowe 1999, 435). No romance, Dred não chega a ver a concretização do seu sonho de vingança e liberdade, sendo morto pelos plantadores brancos durante um ataque ao seu refúgio. Ainda assim, nesta obra de Harriet Stowe o foco está mais nos escravos que encontram forma de reagir e de lutar contra um sistema opressivo do que naqueles que a ele se submetem.

Falei em sucesso editorial, mas os livros de Stowe tiveram um impacto enorme – sobretudo *Uncle Tom's Cabin* – que pode medir-se por outros critérios. Noto em primeiro lugar que abriu a porta para outros escritores e originou réplicas num e noutro sentido. Já se tinham escrito umas cinco ou seis novelas sobre a escravidão durante as décadas de 1830 e 1840, mas foi na esteira de *Uncle Tom's Cabin* que a produção literária explodiu verdadeiramente. Nos três ou quatro anos a seguir ao primeiro romance de Harriet Stowe, escreveram-se umas 12 obras abolicionistas, a mais conhecida das quais deve ser *The White Slave*, de Richard Hildreth (2012). E, a juntar a essa dúzia de obras – ou talvez seja mais correcto dizer a opor-se-lhes –, surgiram, no Sul dos Estados Unidos, umas 20 ou 30 novelas, que retratavam o escravismo como um sistema benigno e patriarcal, que era benéfico para os africanos. Este impressionante número de novelas sulistas ilustra bem o abalo provocado pelo romance de Stowe, e a intensidade da resposta. Segundo a lenda, quando Lincoln conheceu Harriet Beecher Stowe na Casa Branca, em 1863, ou seja, mais ou menos a meio da Guerra da Secessão, ter-lhe-á dito: “So, you're the little lady who caused this big war?” (Davis 2006, 266). Claro que esta não é uma frase para ser tomada à letra, mas sim uma maneira de aludir à grande importância que os dois livros de Stowe tiveram na definição de maneiras de pensar e no extremar de posições entre Norte e Sul.

Ou seja, o impacto abolicionista da obra de Stowe e das suas sequelas parece ter sido enorme nos Estados Unidos. E fez-se sentir, também, noutros países, ainda que em menor escala. Não me refiro a Inglaterra ou a França, onde o processo abolicionista já estava concluído quando os seus livros vieram a lume, mas em países onde as coisas ainda estavam em aberto e em curso. É o caso de Portugal, onde o romance *A Cabana do Pai Tomás* surgiu pela primeira vez em 1853, em forma de folhetim, nas páginas de *A Revolução de Setembro*, o mais importante jornal da época. O jornal justificava aquela publicação pelo enorme sucesso editorial de um romance perante o qual, como o próprio jornal dizia, “o mundo inteiro estremece de horror” (1853).

O romance de Harriet Stowe influenciou notoriamente as obras de Amorim e de Tavares, já referidas acima e que foram escritas um ou dois anos depois. Timóteo Rodrigues, uma das personagens de *Ouro e Crime*, de Eduardo Tavares, é um português “em mangas de camisa e tamancos” (Tavares 1855, 108-111) que junta fortuna no Brasil à custa de todos os expedientes de exploração do próximo, roubando os seus

escravos negros, moendo-os de pancada: “cão com forma humana, fera com invólucro de homem”, Timóteo é, nesse plano, o equivalente português do Simon Legree de *Uncle Tom’s Cabin*, e a cena em que manda espancar um escravo por dois robustos capatazes negros é manifestamente inspirada no romance de Stowe.

Apesar das óbvias influências, esses romances escritos por portugueses foram irrelevantes no processo abolicionista e não deixaram qualquer vestígio nos debates que se travaram nesse contexto. Mas o mesmo já não pode dizer-se a respeito da obra de Harriet Stowe. *A Cabana do Pai Tomás* (ou, melhor, “A Cabana do Tio Thomás”, pois era assim que se dizia na altura), chegou às Cortes portuguesas e ao próprio debate político, sendo invocada e atacada pelos defensores da escravidão, que tentavam provar que a situação dos escravos nas colónias portuguesas nada tinha de semelhante à que Harriet Beecher Stowe descrevia no seu famoso romance.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 20 de Fevereiro de 1861, no contexto do debate de uma proposta de lei para aplicar medidas de excepção às colónias, Afonseca (deputado por São Tomé), um homem conhecido por se opor ao avanço da legislação abolicionista, tentou ridicularizar os discursos filantrópicos a favor dos pretos recorrendo à *Cabana do Tio Thomás*. Fê-lo usando os mesmos argumentos que no Sul dos Estados Unidos usavam contra Harriet Stowe, a saber: que o seu romance era apenas uma fantasia; que as violências e torturas nele descritas eram falsas e produto de uma “imaginação esquentada”; que, ainda que fossem verdadeiras, nada tinham a ver com o que se passava nas colónias portuguesas, onde a situação dos escravos era supostamente boa. Como dizia Afonseca, “prefiro ser escravo no Brasil do que homem livre na Irlanda” (*Diário de Lisboa*, 22 de Fevereiro de 1861).

Em conclusão: ainda que a novela e o romance construídos em torno dos escravos possam ter contribuído para criar uma mentalidade antiescravista, o seu impacto directo nos acontecimentos políticos foi reduzido ou nulo, excepção feita aos romances de Harriet Beecher Stowe – sobretudo ao primeiro deles, *A Cabana do Pai Tomás* –, que tiveram um grande impacto no processo abolicionista norte-americano e também, em menor grau, nos outros processos abolicionistas ainda em curso, como era o caso do português.

## Bibliografia

- A Cabana do Pai Tomás. 1853. In *A Revolução de Setembro*.  
 AMORIM, Francisco Gomes de. 1869. Ódio de Raça. Lisboa.  
 ANSTEY, Roger. 1975. *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*. Londres: The MacMillan Press.  
 BORDALO, Francisco Maria. 1854. *Eugénio. Romance Marítimo*. Lisboa.  
 CHILDS, Matt D. 2006. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

- DAVIS, David Brion. 2006. *Inhuman Bondage. The Rise and Fall of Slavery in the New World*. Oxford: Oxford University Press.
- DRESCHER, Seymour. 2002. *The Mighty Experiment. Free Labor versus Slavery in British Emancipation*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- GAIO, António da Silva. 1924. *Mario. Episódios das luctas civis portuguesas de 1820-1834* (1.<sup>a</sup> ed. de 1868). Lisboa: Guimaraes Editores.
- HILDRETH, Richard. 2012. *The White Slave. Another Picture of Slave Life in America*. Londres: Forgotten Books.
- HUGO, Victor. 2004. "Bug-Jargal". In *Histoires d'esclaves révoltés*. Paris: Pocket Classiques.
- JENNINGS, Lawrence C. 2000. *French Anti-Slavery. The Movement for the Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MÉRIMÉE, Prosper. 2004. "Tamango". In *Histoires d'esclaves révoltés*. Paris: Pocket Classiques.
- SCOTT, Rebecca J. 2000. *Slave Emancipation in Cuba. The Transition to Free Labor, 1860- -1899*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- STOWE, Harriet Beecher. 1981. *Uncle Tom's Cabin or Life Among the Lowly*. Nova Iorque: Penguin.
- STOWE, Harriet Beecher. 1999. *Dred, A Tale of the Great Dismal Swamp*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- SYPHER, Wylie. 1942. *Guinea's Captive Kings. British Anti-Slavery Literature of the Eighteenth Century*. Chappel Hill: The University of North Carolina Press.
- TAVARES, Eduardo. 1855. *Ouro e crime. Mistérios de uma fortuna ganha no Brasil*. Lisboa.
- TURLEY, David. 1991. *The Culture of English Antislavery, 1780-1860*. Londres: Routledge & Keegan Paul.
- WOOD, Marcus. 2000. *Blind Memory. Visual Representations of Slavery in England and America, 1780-1865*. Manchester: Manchester University Press.